



***UFV Corinto Geração de Energia
Elétrica Distribuída S.A.***

*Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras
de 31 de dezembro de 2021*



An independente member of Kreston Global network



**UFV CORINTO GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	3
Balanco Patrimonial	7
Demonstração do Resultado	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.....	11

Abreviaturas:

- IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica
- CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
- IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
- COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- PIS – Programa de Integração Social



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da
UFV CORINTO GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ufv Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ufv Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2022

**KRESTON PARTNERSHIP AUDITORES
INDEPENDENTES S/S**
CRC 2SP023408/O-2

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Julio Luiz Baffini", is written over the printed name.

JULIO LUIZ BAFFINI
CONTADOR - CRC 1SP162773/O-2

UFV CORINTO GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando incluído de outra forma)

	Nota	2021	2020
ATIVO			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.485	1.263
Contas a Receber	5	15	545
Partes Relacionadas	11	38	78
Adiantamento a Fornecedores	6	405	414
Impostos a Recuperar		20	7
		2.963	2.307
NÃO CIRCULANTE			
Partes Relacionadas	11	97	101
Imobilizado	7	16.888	17.011
Intangível	8	-	603
		16.985	17.715
TOTAL DO ATIVO		19.948	20.022
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		11	15
Arrendamentos	9	-	9
Impostos a Recolher	10	212	351
Partes Relacionadas	11	387	-
Outras contas a pagar		-	11
		610	386
NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	9	-	594
Provisão para Desmobilização de Ativos	7	446	-
Partes Relacionadas	11	-	302
		446	896
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	12	18.000	18.000
Reserva Legal		242	90
Reserva de Lucros		650	650
		18.892	18.740
TOTAL DO PASSIVO		19.948	20.022

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UFV CORINTO GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando incluído de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
Receita com Arrendamento e Aluguéis		4.755	3.429
(-) Impostos incidentes sobre as Receitas		(174)	(125)
	13	<u>4.581</u>	<u>3.304</u>
CUSTO DO ARRENDAMENTO			
Depreciação e Amortização		(698)	(720)
LUCRO BRUTO		<u>3.883</u>	<u>2.584</u>
Receitas (Despesas) Operacionais:			
Despesas Administrativas	14	(266)	(125)
Despesas Financeiras		(82)	(82)
Receitas Financeiras		-	20
		<u>(348)</u>	<u>(187)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>3.535</u>	<u>2.397</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	15	(356)	(255)
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	15	(137)	(101)
		<u>(493)</u>	<u>(356)</u>
LUCRO DO EXERCÍCIO		<u>3.042</u>	<u>2.041</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UFV CORINTO GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando incluído de outra forma)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.000	-	-	(245)	18.755
Redução de Capital (Nota 12a)	(1.000)	-	-	-	(1.000)
Lucro do Exercício	-	-	-	2.041	2.041
Reserva Legal (Nota 12b)	-	90	-	(90)	-
Dividendos (Nota 12c)	-	-	-	(1.056)	(1.056)
Reserva de Lucros	-	-	650	(650)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.000	90	650	-	18.740
Lucro do Exercício	-	-	-	3.042	3.042
Reserva Legal (Nota 12b)	-	152	-	(152)	-
Dividendos (Nota 12c)	-	-	-	(2.890)	(2.890)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.000	242	650	-	18.892

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UFV CORINTO GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando incluído de outra forma)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do Exercício	3.042	2.041
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com recursos provenientes das atividades operacionais		
Depreciação e Amortização	698	720
Baixa do Ativo Imobilizado	11	-
	3.751	2.761
(Aumento) diminuição no ativo circulante e não circulante:		
Contas a Receber de Clientes	530	(545)
Adiantamento a Fornecedores	9	(54)
Impostos a Recuperar	(13)	-
Outras Contas a Receber	-	15
Aumento (diminuição) no passivo circulante e não circulantes:		
Fornecedores	(4)	5
Arrendamentos	-	(31)
Partes Relacionadas	129	1.191
Impostos a Recolher	(139)	337
Outras Contas a Pagar	(11)	11
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.252	3.690
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado	(140)	(675)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(140)	(675)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos (Nota 12c)	(2.890)	(1.056)
Redução de Capital (Nota 12a)	-	(1.000)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(2.890)	(2.056)
Aumento no caixa e equivalente de caixa	1.222	959
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do exercício	2.485	1.263
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	1.263	304
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.222	959

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UFV CORINTO GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUÍDA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando incluído de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Através do contrato social datado de 30 de abril de 2018 a sócia Mori Energia Holding S.A. constituiu a Companhia Ufv Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.

A Companhia tem a denominação de Ufv Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado e rege-se pelo Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

A Companhia tem sede e foro na Cidade de Corinto, Estado de Minas Gerais, no imóvel denominado Fazenda da Aliança, localizada à Margem da Rodovia Corinto 3 Marias, s/n, CEP 39.200-000, podendo criar ou extinguir filiais, em qualquer local do território nacional ou estrangeiro, por deliberação da Assembleia Geral.

A Companhia tem por objeto social: (i) instalação, operação, manutenção e aluguel de usinas fotovoltaicas de geração de energia elétrica; (ii) gerir contratos de aluguel, operação e manutenção de usinas fotovoltaicas de geração de energia elétrica; (iii) administrar a constituição de consórcios, cooperativas ou condomínios de consumidores de energia elétrica que aderirem ao Sistema de Compensação de Energia, conforme Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 482/2012, conforme alterada; (iv) participar em consórcios, cooperativas ou condomínios de consumidores de energia elétrica, que aderirem ao Sistema de Compensação de Energia, conforme Resolução ANEEL nº 482/2012, conforme alterada, o qual administre.

CORONAVIRUS (COVID 19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde – OMS anunciou que a COVID-19 era uma emergência de saúde global e em 11 de março de 2020 passou a tratar a doença como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar efeitos nos valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

A Companhia está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus (COVID-19), reforçando os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), cancelando eventos internos e viagens, adotando meios eletrônicos de comunicação, flexibilizando rotinas de trabalho para evitar aglomerações, adesão de trabalho remoto para diversos grupos de profissionais, dentre outras iniciativas. Até o presente momento a Administração da Companhia não identificou impactos significativos em suas operações.

Diante do atual cenário a Administração da Companhia analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na recuperabilidade dos seus ativos e afetar a mensuração das provisões apresentadas nas referidas Demonstrações Financeiras por aumento de perdas esperadas ou alteração significativa aos riscos que a Companhia está exposta. Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras e não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 4 de março de 2022.

2.2) Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações Financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas são apresentadas a seguir:

3.1) Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos.

3.2) Contas a Receber

As contas a receber são registradas pelos valores relacionados com a locação de usinas, os quais incluem os respectivos impostos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi constituída provisão para os créditos de liquidação duvidosa com base na avaliação individual dos clientes.

3.3) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo seu custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada de acordo com a vida útil, e será revista prospectivamente, se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação.

3.4) Arrendamento

CPC 06 R2 (IFRS 16) – “Operações de Arrendamento Mercantil”, a norma entrou em vigor em 01 de janeiro de 2019 e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo de os arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

(i) contrato com prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua valor imaterial, tenha como base valores variáveis ou prazo indeterminado.

3.5) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foram calculados com base no regime tributário de lucro presumido.

3.6) Receita com Arrendamentos e Aluguéis

A receita advém da locação dos ativos de energia fotovoltaica (UFV) para o Consórcio UFV Corinto MG que compartilha os direitos econômicos destes ativos.

A receita de locação é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel e arrendamentos.

3.7) Apuração do Resultado

É observado o regime de competência para registrar as receitas e despesas do exercício.

3.8) Novas Normas e Interpretações Ainda Não Adotadas

Durante o exercício de 2021 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2021.

Pronunciamentos:	Alteração:
CPC 06 (R2) – Arrendamentos/IFRS 16 - <i>Leases</i> (i)	Reforma da taxa de juros de referência que permite substituir a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente.
CPC 11 – Contratos de Seguro/IFRS 4 - <i>Insurance Contracts</i>	
CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração (revogado a partir de 1/01/2018)	
CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação/IFRS 7 - <i>Financial Instruments: Disclosures</i>	
CPC 48 – Instrumentos financeiros/IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i>	

(i) Efeitos de COVID 19 nos contratos vincendos após 30/6/2021

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto à sua aplicação.

Adicionalmente, o IASB (*International Accounting Standards Board*) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

Pronunciamentos:	Alteração:
IAS 1 – <i>Presentation of Financial Statements/IFRS – Practice Statements</i>	Institui o conceito de materialidade para a tomada de decisão sobre as divulgações das políticas contábeis.
IAS 8 – <i>Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors</i>	Esclarecimento à distinção entre mudança nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.
IFRS 17 – <i>Insurance Contracts</i>	Norma não aplicável para a Companhia.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Bancos	2.485	1.263
	<u>2.485</u>	<u>1.263</u>

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Duplicatas a Receber	15	545
	<u>15</u>	<u>545</u>

6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores	405	414
	<u>405</u>	<u>414</u>

Os adiantamentos a fornecedores se referem a valores pagos para aquisição de bens e materiais aplicados na Companhia.

7. IMOBILIZADO

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Equipamentos e Instalações	17.837	17.708
Obrigação para Retirada de Ativo (a)	446	-
Depreciação	(1.395)	(697)
	<u>16.888</u>	<u>17.011</u>

A movimentação do ativo imobilizado está resumida da seguinte forma:

	Custo atualizado	Depreciação	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	17.033	-	17.033
(+) Adições	675	(697)	(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.708	(697)	17.011
(+) Adições	140	(698)	(558)
(-) Baixas	(11)	-	(11)
(+) Obrigação para Retirada de Ativos (a)	446	-	446
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.283	(1.395)	16.888

Em 2020, os encargos de depreciação foram iniciados uma vez que os bens foram disponibilizados para uso, em condições de funcionamento na forma pretendida pela Administração conforme contrato de arrendamento celebrado em outubro de 2020 com prazo determinado de 25 anos (vida útil considerada pela Companhia, rentabilidade econômica dos bens de acordo com vigência do contrato).

(a) Obrigação para Retirada de Ativos/Provisão para Desmobilização de Ativos:

A UFV efetuou o registro de provisão para desmobilização de Ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados.

Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

8. INTÁNGIVEL

	2021	2020
Direito de Uso	-	637
Amortização	-	(34)
	-	603

A movimentação do ativo intangível está resumida da seguinte forma:

	Custo atualizado	Amortização	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
(+) Adições	637	(11)	626
Saldo em 31 de dezembro de 2019	637	(11)	626
(+) Adições	-	(23)	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	637	(34)	603
(-) Baixas	(637)	34	(603)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-

Os valores relativos ao direito de uso e amortização são oriundos da adoção inicial do CPC 06 (R2) e advém do contrato de arrendamento de terreno onde estão implantados os empreendimentos de energia fotovoltaica com prazo de duração de 25 anos.

Em 2021 o respectivo valor foi baixado em contrapartida dos valores registrados na rubrica de Arrendamento (vide Nota 9).

9. ARRENDAMENTOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Passivo Circulante:		
Arrendamentos	-	60
Ajuste a Valor Presente	-	(51)
	<u>-</u>	<u>9</u>
Passivo Não Circulante:		
Arrendamentos	-	1.366
Ajuste a Valor Presente	-	(772)
	<u>-</u>	<u>594</u>

A Companhia celebrou o contrato de locação do terreno, classificado como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos no instrumento e adoção ao CPC 06 (R2).

Conforme política do grupo o levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma foram considerados pela Companhia pelo valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente, considerando o prazo remanescente dos contratos, e aplicando taxa de desconto. A taxa de desconto, corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada companhia do grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 2021 a Administração deliberou e autorizou que as respectivas contraprestações dos aluguéis decorrentes da locação do terreno serão de responsabilidade direta do consórcio conforme clausula 4.2 dos contratos atrelados ao Direito de Uso. Baixando, portanto, o respectivo montante em contrapartida do Ativo intangível (vide Nota 8).

10. IMPOSTOS A RECOLHER

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IRPJ	121	171
CSLL	46	68
COFINS	31	86
PIS	6	19
Outros	8	7
	<u>212</u>	<u>351</u>

11. PARTES RELACIONADAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo Circulante:		
Consórcio UFV Corinto	38	78
	<u>38</u>	<u>78</u>
Ativo Não Circulante:		
Mori Energia Holding	97	98
Outros	-	3
	<u>97</u>	<u>101</u>
	<u>135</u>	<u>179</u>
Passivo Circulante:		
Mori Energia Holding	357	-
Consórcio UFV Corinto	30	-
	<u>387</u>	<u>-</u>
Passivo Não Circulante:		
Mori Energia Holding	-	302
	<u>-</u>	<u>302</u>

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social, aumento de capital e transferência de participação

2021:

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$18.000 mil representado por 18.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, através da subscrição e integralização pelos acionistas identificados no boletim de subscrição, na sede da Companhia e integralizados por meio de moeda corrente nacional.

Acionistas:	Quotas/Ações	R\$ mil	%
CEMIG Soluções Inteligentes em Energia S.A.	8.820.000	8.820	49%
Mori Energia Holding S.A.	9.180.000	9.180	51%
	<u>18.000.000</u>	<u>18.000</u>	<u>100%</u>

2020:

Conforme atas de assembleia geral extraordinária datada de 27 de maio de 2020 ocorreu a redução de capital social no montante de R\$1.000 mil.

O Capital social em 31 de maio de 2020 da Companhia é de R\$18.000 mil representado por 18.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, através da subscrição e integralização pelo acionista identificado no boletim de subscrição, na sede da Companhia e integralizados por meio de moeda corrente nacional.

Acionista:	Quotas/Ações	R\$ mil	%
Mori Energia Holding S.A.	18.000.000	18.000	100%
	18.000.000	18.000	100%

Em 19 de agosto de 2020 na sede social da Companhia e nos termos do Artigo 9º, alínea “h” do Estatuto Social, aprovou-se a transferência de 8.820.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a 49% do capital social total e votante de emissão da Companhia, detidas pela acionista MORI ENERGIA HOLDING S.A. para a CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A.

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$18.000 mil representado por 18.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, através da subscrição e integralização pelos acionistas identificado no boletim de subscrição, na sede da Companhia e integralizados por meio de moeda corrente nacional.

Acionistas:	Quotas/Ações	R\$ mil	%
CEMIG Soluções Inteligentes em Energia S.A.	8.820.000	8.820	49%
Mori Energia Holding S.A.	9.180.000	9.180	51%
	18.000.000	18.000	100%

b) Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$152 mil de Reserva Legal em 2021 (R\$90 mil em 2020), correspondentes a 5% do lucro apurado no exercício, após a compensação de prejuízos anteriores.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro do Exercício	3.042	2.041
Prejuízo Acumulado	-	(245)
Base de cálculo	<u>3.042</u>	<u>1.796</u>
Reserva legal - 5%	<u>(152)</u>	<u>(90)</u>

c) Dividendos

A Administração propôs a antecipação e posterior pagamento de dividendos no montante total de R\$2.890 mil em 2021 (R\$1.056 mil totalmente pago em 2020). Vide quadro abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro do Exercício	3.042	2.041
Prejuízo Acumulado	-	(245)
	<u>3.042</u>	<u>1.796</u>
Reserva Legal - 5%	(152)	(90)
Base de cálculo	<u>2.890</u>	<u>1.706</u>
Dividendos obrigatórios - 25%	(722)	(427)
Dividendos complementares	(2.168)	(629)
	<u>(2.890)</u>	<u>(1.056)</u>

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita com Arrendamento e Aluguéis	4.755	3.429
Impostos incidentes sobre a Receita Bruta:		
(-) COFINS	(31)	(22)
(-) PIS	(143)	(103)
	<u>(174)</u>	<u>(125)</u>
	<u>4.581</u>	<u>3.304</u>

14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços de Terceiros	(117)	(53)
Materiais	-	(2)
Tributos e taxas	(122)	(39)
Seguros	-	(23)
Viagens	-	(4)
Outros	(9)	(4)
	<u>(248)</u>	<u>(125)</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – LUCRO PRESUMIDO

2021:

	IRPJ		CSLL	
	(%)	2021	(%)	2021
Receita sobre Arrendamento e Aluguéis		4.755		4.755
% - Base de cálculo - Receitas de Arrendamento e Aluguéis	32%	1.522	32%	1.522
Base de cálculo tributação		1.522		1.522
Alíquotas - IRPJ e CSLL	15%	(228)	9%	(137)
Adicional - IRPJ - 10%	10%	(128)	-	-
Total - Demonstração do resultado		(356)		(137)

2020:

	IRPJ		CSLL	
	(%)	2020	(%)	2020
Receita sobre Arrendamento e Aluguéis		3.429		3.429
Receitas Financeiras		20		20
% - Base de cálculo - Receitas de Arrendamento e Aluguéis	32%	1.097	32%	1.097
% - Base de cálculo das Receitas Financeiras	100%	20	100%	20
Base de cálculo tributação		1.117		1.117
Alíquotas - IRPJ e CSLL	15%	(168)	9%	(101)
Adicional - IRPJ - 10%	10%	(87)	-	-
Total - Demonstração do resultado		(255)		(101)

16. PASSIVOS CONTINGENTES

Não existem processos em aberto/pendentes contra a Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As características operacionais e a estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é pequeno. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização dos diversos instrumentos financeiros, denominados derivativos, para proteção dos riscos.

18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados adequados, para cobrir danos nos seus ativos, considerando a natureza de sua atividade.

19. OUTROS ASSUNTOS – Unitização do Ativo Imobilizado

Em 2022 a Companhia irá inventariar seu ativo imobilizado. Esse trabalho consiste na contratação de empresa especializada que executará serviços técnicos de avaliações dos ativos da Companhia.

O escopo do trabalho proposto, cujo objeto estava direcionado para a organização administrativa e contábil do ativo tangível (imobilizado), consistindo basicamente nos seguintes pontos:

- ✓ Inventário físico com identificação de todos os bens que compõem o patrimônio da Companhia, sendo identificado o centro de custo, a localização física do bem;
- ✓ Conciliação do inventário físico descrito, com a posição contábil obtida; e
- ✓ Sugestão de manual de normas e procedimentos para o gerenciamento e controle dos bens de ativo imobilizado.